



Apresentação

Renato Ortiz, 70 anos: uma obra e muitos ensinamentos depois...

Renato Ortiz, 70 years: a work and many teachings later

Maria Celeste Mira*

Os artigos reunidos neste dossiê homenageiam o sociólogo Renato Ortiz pela passagem dos seus 70 anos. Dois elementos os unem: exceto Élide Rugai Bastos, os demais autores, inclusive os organizadores, foram seus orientandos. Evidentemente, trata-se de traço marcante dos textos que será objeto de comentários nesta apresentação. O segundo ponto que conforma este dossiê é que, exceto o de Mariana Barreto, os demais foram expostos tal e qual ou são desdobramentos das reflexões feitas em homenagem ao sociólogo, em 2017, ano em que completou seu 70º. aniversário. Mais precisamente, foram três homenagens. A primeira delas ocorreu na Unicamp, onde o autor leciona pelo Departamento e pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia desde 1988, tendo sido coordenada por seu colega de trabalho, Michel Nicolau Netto; a segunda homenagem teve lugar na Escola de Comunicação e Artes da USP, por iniciativa de Eduardo Vicente (ECA/USP), Marcia Tosta Dias (Unifesp) e Michel Nicolau Netto (Unicamp); finalmente, a terceira aconteceu na Universidade de Brasília,

durante o I Encontro de Pesquisadores de Arte e Cultura no Brasil, organizado pelo professor da casa, Edson Farias.

Do mesmo modo, todos os organizadores dos eventos comemorativos dos 70 anos haviam sido orientandos de Ortiz, no mestrado e/ou doutorado, o que é bastante revelador do reconhecimento de seu trabalho como professor e orientador, o que também se depreende da leitura dos artigos. O resultado dessa combinação entre troca intelectual e certa proximidade pessoal transparece na coletânea ora apresentada aos leitores dos Arquivos CMD. Em maior ou menor medida, os autores e autoras escrevem em forma de depoimento, uma vez que sua própria trajetória acadêmica se construiu no diálogo com a obra e a postura intelectual do homenageado. Cada qual destaca os conceitos, assertivas ou análises de Ortiz que lhe pareceram mais relevantes para entender as suas próprias problemáticas de pesquisa, aquelas que julgam fundamentais para as Ciências Sociais brasileiras, aquelas, enfim, que o formaram como intelectual.

* Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Email: celestemira@gmail.com



Edson Farias e eu fazemos parte desse círculo de pessoas que teve o privilégio de conviver profissionalmente com Renato enquanto ele construía sua obra. Digo obra porque, na minha opinião, seu objetivo não era construir uma carreira e sim escrever e publicar livros que expusessem suas ideias. Com isto, constituiu uma obra. É evidente que essa tomada de posição lhe proporcionou ascensão na carreira acadêmica. Mas o reconhecimento da importância do seu trabalho na área de Sociologia da Cultura o distingue, não de todos, mas, sem dúvida, de muitos outros. Renato escreveu – segundo sua própria conta – 17 livros. O número foi revelado em um café após a mesa redonda que comemorou os trinta anos da publicação de *A moderna tradição brasileira* no 19º, no Congresso Brasileiro de Sociologia, em julho de 2019. Porém, este número não abrange os traduzidos para o espanhol, totalizando trinta publicações em livro. Apenas um foi escrito em coautoria, *Telenovela: história e produção* (1992) e somente um foi livro organizado: o volume sobre Pierre Bourdieu para a coleção Grandes Cientistas Sociais da antiga Editora Ática (1983). Todos os demais são fruto de suas pesquisas, de novas investigações ou, no mínimo, novas reflexões. É quase desnecessário dizer o quanto Renato Ortiz é citado. Alguns de seus livros, como *Cultura brasileira e identidade nacional*, o mais mencionado, *A moderna tradição brasileira* e *Mundialização e cultura* já se tornaram novos clássicos. Isto quer dizer que Ortiz influenciou a percepção de muitos pesquisadores brasileiros a respeito do cenário moderno e contemporâneo da cultura no Brasil e no mundo,

predominantemente no Ocidente. Mas é bom lembrar que o autor também escreveu um livro sobre o Japão. Menos conhecido, *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo* é o resultado de um trabalho de pesquisa e análise primoroso que nos leva a compreender de maneira mais abrangente a força do processo de mundialização.

Não tenho procuração para falar por todos, mas, acredito que nós, que fomos seus orientandos ao longo dos anos em que publicou a maioria de seus livros, podíamos dialogar com ele, aprender conceitos e encontrar caminhos por onde seguir, simplesmente lendo o que escrevia. Ao lado da convivência com o autor, seus livros e artigos nos guiaram para uma compreensão renovada de temas clássicos do debate sociológico brasileiro, tais como a religião, a cultura popular, a cultura brasileira, a identidade nacional. Levaram-nos também com segurança para novos problemas: a indústria cultural ou, como ele popularizou no Brasil, a “cultura popular de massa”, a internacionalização – mais tarde – mundialização da cultura, entre outros. Ao incorporar a problemática da indústria cultural ou dos meios de comunicação de massa às Ciências Sociais, tratando-a como parte do “mercado de bens simbólicos”, na expressão de Bourdieu (1982), a ser explorado pelos pesquisadores da área, Ortiz demonstrou – o que foi importante na época – a impossibilidade de se pensar os processos culturais no Brasil do século XX sem levar em conta essa esfera ampliada da cultura, até então atribuída, com relativo desprezo, à



área de Comunicação. Criou, assim, um solo teórico comum para inúmeros pesquisadores, dentro os quais eu me incluo.

Por meio de seu livro *Cultura popular: românticos e folcloristas*, publicado pela primeira vez em 1985, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, onde o autor acabara de ingressar como professor, aprendi a desconstruir o conceito de “cultura popular”. Na verdade, já havia aprendido sobre a necessidade de desconstruir as ideias do senso comum lendo *Cultura brasileira e identidade nacional*, publicado no mesmo ano. A partir da retomada de pensadores brasileiros cujas ideias, em sua percepção, melhor caracterizavam uma época, Ortiz procurou entender como elas se vinculavam a um momento histórico e a determinados grupos de interesse – não apenas políticos ou econômicos. Assim procedendo, desconstruiu as noções de cultura brasileira e de identidade nacional. Em outras palavras, fez um percurso analítico do final do século XIX ao final do XX de modo a poder negar categoricamente o essencialismo, mais ou menos explícito, da maioria dos autores que haviam refletido anteriormente sobre o tema. Não é por acaso que Morris e Schlesinger (2000) intitularam um artigo sobre o autor “Renato Ortiz ou l’anti-essentialisme”.

Fui então apresentada a uma visão antiessencialista desta temática, em particular, a da “cultura popular”, com o qual, de uma forma ou de outra, trabalho até hoje. A afirmação do autor de que a noção de “cultura popular”, tal como havia sido formulada,

mantinha-se presa ao passado, afastando-se da realidade cultural vivida no presente pelas classes populares me liberou para pesquisar a relação entre os programas de auditório, meu universo de pesquisa no mestrado e a chamada “cultura popular”. Em convergência com outros trabalhos publicados na mesma época, dentre os quais a pesquisa sobre a telenovela brasileira que Renato Ortiz coordenou e que será comentada mais adiante, pude pensar que os programas de auditório eram uma forma eletrônica e massificada do circo, para onde haviam convergido diversas práticas culturais tradicionais e populares. Incorporados pela indústria cultural, estes e outros programas de televisão, como a própria telenovela, vinda do folhetim, foram reconhecidas e passaram a fazer parte do entretenimento das classes populares. Décadas depois, em minha tese de livre-docência, invertendo o universo de pesquisa, retomei o mesmo pressuposto: investiguei a “cultura popular” tradicional ou folclórica, percebendo que, em grande parte, seu (re)descobrimento, na virada do milênio, envolvia agentes oriundos das classes médias urbanas dotados de alto nível de capital cultural, no sentido atribuído a este termo por Pierre Bourdieu. Em outras palavras, sem os textos de Renato Ortiz não teria entendido, desde o início, desde o mestrado, que a noção corrente de “cultura popular” não é necessariamente equivalente às práticas culturais das classes populares. Só quem pesquisa a problemática da “cultura popular” sabe a força que esta ideia tem e o quanto é difícil não cair em suas armadilhas epistemológicas.



Ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação do conceito de “cultura popular” para o âmbito das produções de massa – em sintonia com o pensamento de autores como Jesus Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini naquele final dos anos 1980 –, Renato Ortiz introduz a “mídia” no escopo da Sociologia da Cultura. E o faz sem deslumbramentos. Se, de um lado, não a considera um bloco monolítico de poder ao qual nada escaparia, como era teoricamente hegemônico na literatura acadêmica de então, de outro, conhecia a força e o funcionamento dessa engrenagem, inclusive, por dentro. Além de conhecer muito bem o pensamento frankfurtiano, sobre o qual havia escrito um artigo bastante lido na área, Ortiz já havia percorrido os bastidores e as salas dos gerentes e diretores das redes Globo e Manchete, coordenando o projeto “A produção industrial da telenovela”, com sede no PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP, no qual também tive a sorte de atuar como pesquisadora. A investigação resultou no livro *Telenovela: história e produção* (1989), pioneiro no desvendamento dos mecanismos que permitem até hoje a realização deste bem simbólico devidamente abrazeirado e transformado, especialmente pela Rede Globo, em “cultura brasileira” de exportação.

O impacto dessa publicação é analisado no texto de Mônica Rugai Bastos, intitulado *Renato Ortiz: pensador da mídia*. A autora aborda, em particular, como o livro, baseado em pesquisa sobre a telenovela brasileira, permitiu a Renato Ortiz refletir sobre a

“mídia” e articular o tema da identidade nacional, já tratado anteriormente, com novas questões, como a “modernidade”, a mundialização da cultura etc. De forma precisa, a autora observa sobre a abordagem de Ortiz a respeito da então novíssima problemática: “Não mostrou a complexidade brasileira a partir da contraposição ou dos antagonismos, mas percebendo a complementaridade entre as várias representações do moderno.” Sem dúvida, romper com esta dicotomia foi fundamental para perceber que a telenovela era, ao mesmo tempo, popular, moderna e brasileira.

O caminho estava aberto para o seu segundo livro mais citado, tema do artigo de Mariana Barreto. Em *A Moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*, do livro à obra, a autora faz uma releitura, buscando mostrar que, embora escreva sobre o Brasil, neste livro, Ortiz já rompe com o “nacionalismo metodológico” vigente até então. Este modo de pensar o Brasil a partir de pares de oposição como nacional *versus* estrangeiro; autonomia nacional *versus* dependência/ imperialismo; autêntico *versus* cópia/ imitação, aprisionava as análises sobre a cultura brasileira num esquema insolúvel. Para a autora, a ruptura metodológica com esta visão do Brasil possibilitou a Ortiz perceber que a modernidade brasileira se construiu mundialmente, ao mesmo tempo em que se apoiou na tradição conservadora e autoritária do país.



O fato é que, no final dos anos 1980, ao estudar a mídia e seu papel na “consolidação do mercado de bens simbólicos” no país, Renato Ortiz percebeu que a sociedade brasileira havia mudado, ou melhor, que o mundo estava mudando em ritmo acelerado. Alguns anos depois, ao publicar *Mundialização e cultura* (1994), uma nova perspectiva de abordagem da vida social, que se tornou central para o autor a partir de então, já estava delineada.

O tema da mundialização aproximou vários colaboradores desta coletânea do autor homenageado. Alguns, como Michel Nicolau Netto, antes mesmo de conhecer pessoalmente o futuro orientador. Em seu artigo, *Renato Ortiz: notas de um aprendiz*, revela que sua curiosidade sobre o processo de mundialização teve origem em diversas cenas presenciadas quando viveu por um ano numa Londres “multicultural”. Como explicar, por exemplo, a contratação de um iraniano por um *pub* inglês, sendo que, por sua religião, lhe era interdito vender álcool? O contato com os livros de Ortiz pareciam responder a suas questões. Especialmente, como reformulava a categoria de “espaço” diante do processo de mundialização da cultura, categoria que se tornou central no seu trabalho após ingressar, anos mais tarde, na carreira acadêmica.

Em *Para além das antinomias: a sociologia da mundialização de Renato Ortiz*, Miqueli Miquetti discorre e, ao mesmo tempo, sintetiza o raciocínio desenvolvido pelo autor homenageado, tendo por base, não apenas *Mundialização e cultura*, mas, também, livros mais recentes como *O próximo e o distante*, *A*

diversidade dos sotaques e *Universalismo e diversidade*, (ver bibliografia da autora). Resgatando definições importantes contidas nessas obras, o artigo “Para além das antinomias: a sociologia da mundialização de Renato Ortiz” procura detalhar como o autor vê a mundialização, não como um sistema, mas como um processo histórico; como vê as questões da diversidade *versus* o universalismo; das diferenças frente às desigualdades e muito mais.

Marcia Tosta Dias promove em seu instigante artigo *Antes era só o ruído: música gravada e mundialização* uma leitura cruzada entre a visão de Michael Denning sobre a expansão da indústria fonográfica, entre os anos 1925/30, pelas cidades portuárias mundiais e o que poderia ser entendido como a mundialização da indústria cultural no Brasil na visão de Renato Ortiz, reconstituída pela autora a partir dos principais livros do autor. Trazendo os dados de pesquisa e análise de Denning sobre o que intitula “música vernacular”, os de Ortiz que vão do nacional-popular ao internacional-popular, a autora revela diferenças e, ao mesmo tempo, aproximações nas duas maneiras de pensar a mundialização da cultura.

Do ponto de vista temático, pode-se dizer que a questão da mundialização da cultura é a mais marcante entre os orientandos de Ortiz. Porém, é importante notar que quase todos se referem à trilogia *Cultura brasileira e identidade nacional*, *A moderna tradição brasileira* e *Mundialização e cultura* como se ali estivesse o fundamento teórico de sua obra. Provavelmente sim. No entanto,



quem convive um pouco mais de perto com Renato sabe que ele é um pesquisador incansável. Para ele, seu livro mais importante é o próximo.

Certamente, essa postura vem do apreço que tem pelo trabalho intelectual. Se suas ideias e orientações nos legaram conceitos e métodos, nos ensinaram, acima de tudo, um modelo de “trabalho intelectual” que também nos marcou definitivamente. Por certo, este modelo não é o único, mas é notável como alguns pontos que, para mim, foram tão importantes ao longo do aprendizado com Renato, são também destacados pelos demais colaboradores desta coletânea.

Assim, o tom de depoimento dos artigos, longe de empobrecer os textos do dossiê, nos brinda com narrativas de vivências com o autor homenageado que elucidam, para além do conteúdo de seus livros, o que nos ensinou sobre o trabalho intelectual, em particular, nas Ciências Sociais. Neste sentido, os artigos aqui apresentados podem ser vistos sob outro aspecto, merecedor de um segundo tópico.

O intelectual e o trabalho intelectual

Élide Rugai Bastos, conhecida pesquisadora da questão dos intelectuais, escolheu precisamente esse tema: *Renato Ortiz e o*

métier do sociólogo. Em seu artigo, aborda as principais concepções do autor homenageado. Dentre elas, destaca, justamente, uma das que seus orientandos mais conhecem: a ideia, provavelmente inspirada em Wright Mills (1965), de que o do trabalho intelectual é uma espécie “artesanato”, algo que deve ser construído no trabalho árduo do dia-a-dia. Acostumados a separar o trabalho intelectual do manual, muitas vezes, ficamos esperando que ideias mirabolantes nos venham à mente e não entendemos por que isto não acontece. Para mim, sempre ficou bem claro o grau de disciplina exigido por esse artesanato tão peculiar. Ao prosseguir na análise do tema, quase como decorrência, o texto toca na questão mais ampla do papel dos intelectuais, na postura não disciplinar de Ortiz, relacionando-a de modo crítico às atuais tendências acadêmicas e sua escala de valores.

Tema e crítica semelhantes marcam os artigos de Michel Nicolau Netto e Miqueli Michetti, já mencionados, que nos chamam a atenção para os fundamentos de Renato Ortiz quanto ao trabalho intelectual. Relatando o que aprendeu com o professor, ex-orientador e atual colega de departamento, Michel Nicolau destaca dois pontos que considera cruciais no pensamento do autor. O primeiro diz respeito à própria pesquisa em Ciências Sociais, a qual, como também notou Élide Bastos, se confunde com o que Ortiz entende por trabalho intelectual. Na explicação de Michel, a pesquisa/ trabalho intelectual na nossa área se desdobra da escolha e construção do objeto à escrita do texto final, este último, diga-se de



passagem, muitas vezes, negligenciado. Uma frase de Ortiz ficou para sempre na memória do então candidato ao mestrado: “Na sociologia, ele disse, não estudamos o que gostamos, mas o que é importante para a explicação de uma problemática”. Estou certa de que, como ele, todos nós, ex-orientandos, guardamos um ou mais ensinamentos como esse, os quais transmitimos aos nossos alunos e orientandos.

O segundo aspecto que Nicolau Netto detecta com precisão em relação ao trabalho intelectual ou à pesquisa em Ciências Sociais é a centralidade dada por Ortiz à questão do poder. Quem conhece o autor homenageado mais de perto sabe que ele diferencia a política em sentido restrito, ou seja, a política partidária, da política em sentido amplo, ou seja, as relações de poder que tensionam todas os intercâmbios sociais. Miqueli Michetti também salienta o aspecto crítico desta e de todas as elaborações do autor homenageado, ou seja, a “atenção constante de Ortiz à questão do poder”. Talvez tenha sido seu compromisso com a política no sentido amplo que o tenha afastado do jogo político acadêmico, como sugerem as críticas de seus colegas de departamento Élide e Michel.

Para além deste resultado prático, penso que essa postura pode ser explicada por sua própria concepção de intelectual. Mônica Bastos e Miqueli Michetti, em seus artigos, mencionam que outra característica do pensamento de Ortiz é afastar-se das dicotomias. A primeira autora, como vimos, revela sua maestria em articular os diversos e complexos sentidos do moderno na sociedade brasileira

dos anos 1970 ao invés de opô-lo ao tradicional. Miqueli Michetti sublinha que Ortiz não se rendeu às “antinomias” que caracterizavam o debate do final do século XX sobre a “pós-modernidade”, no qual, muitas vezes, se anunciava o fim da história, o fim do mundo moderno etc.

Ora, encontrar uma alternativa para os polos contrários de um debate é uma das principais funções do intelectual, a ele cabe a tarefa de “mediador” ou de “mediador simbólico”, na própria concepção de Ortiz. Este é o termo que ele emprega em seu livro mais conhecido e citado, *Cultura brasileira e identidade nacional*, publicado em 1985. Aos pensadores – tenham sido eles médicos, literatos, cientistas sociais, folcloristas ou gestores públicos – responsáveis pelos discursos e práticas relativas à articulação entre as noções “cultura popular”, “cultura brasileira” e “identidade nacional” Ortiz denominou “mediadores simbólicos” (1985, p. 142). Ao fazer este trabalho, Ortiz analisa o trabalho intelectual, notadamente o de mediação, ao mesmo tempo em que se define como intelectual ou mediador: é ele quem seleciona e recorta os momentos da história e os pensadores considerados exemplares para se pensar a cultura e a identidade nacionais.

Porém, a visão de Ortiz sobre a categoria dos intelectuais extrapola esse lugar tradicional, onde nos habituamos a situar o “pensamento social”. Renato costuma definir o intelectual como aquele que consegue elaborar uma visão de mundo coerente o suficiente para reunir em torno de si um grupo que a adote e



vivencie. A influência de Antonio Gramsci nesta definição já havia sido explicitada em seus primeiros livros, em particular, em *A consciência fragmentada* (1980). E o exemplo de intelectual que mais gosta de repetir é o do pai-de-santo. Certo, ele é o mediador, ele tem a capacidade de brincar os elementos da tradição com o presente vivido por determinado grupo; ele organiza o trânsito entre as entidades e os devotos; ele dá sentido a um conjunto de significados em circulação. É evidente que o mergulho no mundo simbólico que o estudo da religião lhe propiciou bem como a orientação de seu doutorado por Roger Bastide o levaram a pensar além da cultura e da ideologia: o conduziram a refletir sobre os quadros da memória coletiva.

No retorno ao diálogo entre Ortiz e Bastide, em razão do interesse de ambos pela tema dos quadros sociais da memória relativos aos contingentes negroafricanos forçados à diáspora com escravidão que os trouxeram à América, Edson Farias rastreia os caminhos que conduziram ao desenvolvimento de uma sociologia da memória francesa, da qual Bastide se define uma espécie de personagem paradigmático. Mas se o argumento de *O Diálogo entre Renato Ortiz e Roger Bastide a partir do problema da memória* reitera que o amalgame religião e memórias negroafricanas indexaram a interlocução entre mestre e orientando, também discute como as abordagens e conclusões sobre mesmo binômio sociocultural os distanciaram. Para o sociólogo francês, o candomblé lhe oportunizava o encontro com uma África pré-conquista europeia

e transversal ao contexto racionalizado no qual Bastide se formou. Já Ortiz se depara com a síntese umbandista, tecida por intelectuais de uma classe média urbana recente na história brasileira. Ante essa síntese, o autor se aplica aos sinais da modernização nacional em sintonia como uma civilização que se estendia mundialmente.

Referências

Textos de Renato Ortiz

ORTIZ, R. *O Próximo e o Distante*. Japão e modernidade-mundo. São Paulo, Brasiliense, 2000.

ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

ORTIZ, R. *Cultura Popular: românticos e folcloristas*. São Paulo, Olho d'Água, 1992

ORTIZ, R. et al. *Telenovela: história e produção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ORTIZ, R. *A Consciência Fragmentada: ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Textos de outros autores

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2a. ed. São Paulo, Perspectiva, 1982



BOURDIEU, P. *Sociologia*. In: ORTIZ, R. (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais.

São Paulo, Ática, 1983.

GARCÍA CANCLINI, N. Ni Folclórico, Ni Masivo. Que es lo popular? In: *Diálogos de La Comunicación*: Revista Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (Felafacs), 7: 5-13, 1987.

MARTIN-BARBERO, J. *De los Medios a las Mediaciones*. Comunicación, cultura y hegemonia. Barcelona, Gustavo Gili, 1987.

MORRIS, N.; SCHLESINGER, P. Renato Ortiz ou l'anti-essentialisme. Paris: *Hermès*, 28, 2000.

WRIGHT MILLS, C. Do artesanato intelectual. In : WRIGHT MILLS, C. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.